



# 3º Simulado ISS BH

**Auditor Fiscal de Tributos Municipais  
Pós-Edital**

# Simulado

## ISS BH – Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Pós-Edital

Nome:

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso ISS BH;
- 2 – A prova contém **160 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos ISS BH.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog da Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog da Estratégia Concursos.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-ISS-BH-Auditor-08-01-22>**

01 – A B C D E	33 – A B C D E	65 – A B C D E	97 – A B C D E	129 – A B C D E
02 – A B C D E	34 – A B C D E	66 – A B C D E	98 – A B C D E	130 – A B C D E
03 – A B C D E	35 – A B C D E	67 – A B C D E	99 – A B C D E	131 – A B C D E
04 – A B C D E	36 – A B C D E	68 – A B C D E	100 – A B C D E	132 – A B C D E
05 – A B C D E	37 – A B C D E	69 – A B C D E	101 – A B C D E	133 – A B C D E
06 – A B C D E	38 – A B C D E	70 – A B C D E	102 – A B C D E	134 – A B C D E
07 – A B C D E	39 – A B C D E	71 – A B C D E	103 – A B C D E	135 – A B C D E
08 – A B C D E	40 – A B C D E	72 – A B C D E	104 – A B C D E	136 – A B C D E
09 – A B C D E	41 – A B C D E	73 – A B C D E	105 – A B C D E	137 – A B C D E
10 – A B C D E	42 – A B C D E	74 – A B C D E	106 – A B C D E	138 – A B C D E
11 – A B C D E	43 – A B C D E	75 – A B C D E	107 – A B C D E	139 – A B C D E
12 – A B C D E	44 – A B C D E	76 – A B C D E	108 – A B C D E	140 – A B C D E
13 – A B C D E	45 – A B C D E	77 – A B C D E	109 – A B C D E	141 – A B C D E
14 – A B C D E	46 – A B C D E	78 – A B C D E	110 – A B C D E	142 – A B C D E
15 – A B C D E	47 – A B C D E	79 – A B C D E	111 – A B C D E	143 – A B C D E
16 – A B C D E	48 – A B C D E	80 – A B C D E	112 – A B C D E	144 – A B C D E
17 – A B C D E	49 – A B C D E	81 – A B C D E	113 – A B C D E	145 – A B C D E
18 – A B C D E	50 – A B C D E	82 – A B C D E	114 – A B C D E	146 – A B C D E
19 – A B C D E	51 – A B C D E	83 – A B C D E	115 – A B C D E	147 – A B C D E
20 – A B C D E	52 – A B C D E	84 – A B C D E	116 – A B C D E	148 – A B C D E
21 – A B C D E	53 – A B C D E	85 – A B C D E	117 – A B C D E	149 – A B C D E
22 – A B C D E	54 – A B C D E	86 – A B C D E	118 – A B C D E	150 – A B C D E
23 – A B C D E	55 – A B C D E	87 – A B C D E	119 – A B C D E	151 – A B C D E
24 – A B C D E	56 – A B C D E	88 – A B C D E	120 – A B C D E	152 – A B C D E
25 – A B C D E	57 – A B C D E	89 – A B C D E	121 – A B C D E	153 – A B C D E
26 – A B C D E	58 – A B C D E	90 – A B C D E	122 – A B C D E	154 – A B C D E
27 – A B C D E	59 – A B C D E	91 – A B C D E	123 – A B C D E	155 – A B C D E
28 – A B C D E	60 – A B C D E	92 – A B C D E	124 – A B C D E	156 – A B C D E
29 – A B C D E	61 – A B C D E	93 – A B C D E	125 – A B C D E	157 – A B C D E
30 – A B C D E	62 – A B C D E	94 – A B C D E	126 – A B C D E	158 – A B C D E
31 – A B C D E	63 – A B C D E	95 – A B C D E	127 – A B C D E	159 – A B C D E
32 – A B C D E	64 – A B C D E	96 – A B C D E	128 – A B C D E	160 – A B C D E

**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo e Patrícia Manzato

**Leia o texto abaixo para responder as questões de 1 a 6.**

O Estado detém o monopólio da tributação que, por sua vez, se legitima no atendimento das necessidades públicas em prol dos cidadãos. A tributação deve guardar sintonia com o modelo de Estado adotado. É consabido que as demandas estatais têm aumentado nos últimos anos, sendo que o sistema tributário é um dos principais meios de supri-las de forma satisfatória. O sistema tributário nacional é bastante complexo e extenso, porém, é necessário perquirir os seus principais princípios e fundamentos axiológicos que, por sua vez, são encontrados a partir do texto constitucional. É importante lembrar que o principal objetivo da tributação deve ser de atender aos direitos fundamentais. E, de outro lado, a tributação deve respeitar o princípio da capacidade contributiva dos sujeitos passivos.

Em que pese o Brasil possua uma escorchantemente alta carga tributária e um sistema denso e confuso, os direitos fundamentais básicos dos cidadãos continuam sendo negligenciados. Neste cenário, a pobreza e a desigualdade social se acentua. É preciso discutir, refletir e buscar soluções para a problemática.

O IRPF é norteado, no ordenamento jurídico pátrio, pelo princípio constitucional da capacidade contributiva que, por sua vez, tem na progressividade a sua ferramenta de atuação. Todavia, a prática legislativa infraconstitucional brasileira tem se afastado do comando constitucional, no instante em que não aplica efetivamente uma progressividade real que contemple a capacidade econômica dos cidadãos-contribuintes. Constatam-se os fatos supracitados, com um simples passar de olhos na tabela do IRPF, no qual se verifica que o seu maior “alvo” é a popularmente conhecida classe média. Portanto, surge uma melhor readequação das alíquotas do imposto em comento, para que se possa efetivamente combater a desigualdade social.

Adaptado de <<http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2018/06/TRIBUTACAO-DESIGUALDADE-SOCIAL.pdf>>

- 01.** De acordo com o texto, podemos inferir que
- a) o Estado contribui diretamente para o aumento da desigualdade social.
  - b) tributação, que é de responsabilidade do Estado, tem relação direta com a desigualdade social.
  - c) é possível reverter a desigualdade social por meio do Sistema Tributário Nacional.
  - d) cabe aos cidadãos-contribuintes, por meio do imposto de renda, reverterem a desigualdade social.
  - e) não é possível confirmar a relação entre tributação e manutenção dos princípios fundamentais.

**02.** "Todavia, a prática legislativa infraconstitucional brasileira tem se afastado do comando constitucional, no instante em que não aplica efetivamente uma progressividade real que contemple a capacidade econômica dos cidadãos-contribuintes".

No trecho em destaque, o autor utilizou-se de linguagem predominantemente

- a) figurada.
- b) metafórica.
- c) conotativa.
- d) técnica.
- e) jornalística

**03.** "A tributação deve guardar sintonia com o modelo de Estado adotado.".

A oração em destaque estabelece com o trecho que a antecede uma relação de:

- a) explicação.
- b) oposição.
- c) hipótese.
- d) causa.
- e) alternativa

**04.** Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.

- a) A inserção de vírgula antes de "que" em "monopólio da tributação que, por sua vez, se" (1º parágrafo) acarreta incorreção gramatical.
- b) a substituição de "porém" por "mas" em "porém, é necessário perquirir" demanda necessariamente alteração na pontuação da oração.
- c) a vírgula em "É preciso discutir, refletir e buscar" (2º parágrafo) pode ser substituída por ponto e vírgula.
- d) as vírgulas em "O IRPF é norteado, no ordenamento jurídico pátrio, pelo princípio constitucional da capacidade contributiva" (3ºparágrafo) são facultativas.
- e) caso a oração "para que se possa efetivamente combater a desigualdade social" (3ºparágrafo) fosse deslocada para depois de "Portanto", não haveria necessidade de vírgula.

**05.** Identifique os tempos verbais empregados nos versos abaixo e assinale a alternativa correta.

*Em que pese o Brasil possua uma escorchante carga tributária e um sistema denso e confuso (...)*

*(...) a prática legislativa infraconstitucional brasileira tem se afastado do comando constitucional (...)*

- a) Presente do Subjuntivo e Presente do Indicativo.
- b) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo e Presente do Indicativo.
- c) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo e Presente do Subjuntivo.
- d) Presente do Subjuntivo e Imperativo Afirmativo.
- e) Presente do Indicativo e Presente do Subjuntivo

**06.** Assinale a alternativa em que há incorreção gramatical.

- a) *O Estado detém o monopólio da tributação que, por sua vez, se legitima no atendimento das necessidades públicas.*
- b) *é necessário perquirir os seus principais princípios e fundamentos axiológicos.*
- c) *a pobreza e a desigualdade social se acentua.*
- d) *Constatam-se os fatos supracitados, com um simples passar de olhos na tabela do IRPF*
- e) *surge uma melhor readequação das alíquotas do imposto em comento.*

**07.** Assinale a alternativa em que a pontuação esteja correta.

- a) Tenho muitas pessoas queridas ao meu redor mas, às vezes me sinto sozinho, mesmo que não esteja.
- b) Tenho muitas pessoas queridas ao meu redor, mas, às vezes, me sinto sozinho, mesmo que não esteja.
- c) Tenho muitas pessoas queridas ao meu redor mas às vezes me sinto sozinho mesmo que não esteja.
- d) Tenho muitas pessoas queridas, ao meu redor mas, às vezes, me sinto sozinho, mesmo que não esteja.
- e) Tenho muitas pessoas, queridas ao meu redor, mas, às vezes, me sinto sozinho, mesmo que não esteja.

**Leia o texto a seguir e responda às questões de 8 e 12:**

**Poema de Sete Faces**

Quando nasci, um anjo torto  
desses que vivem na sombra  
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

As casas espiam os homens  
que correm atrás de mulheres.  
A tarde talvez fosse azul,  
não houvesse tantos desejos.

O bonde passa cheio de pernas:  
pernas brancas pretas amarelas.  
Para que tanta perna, meu Deus,  
pergunta meu coração.  
Porém meus olhos  
não perguntam nada.

O homem atrás do bigode  
é sério, simples e forte.  
Quase não conversa.  
Tem poucos, raros amigos  
o homem atrás dos óculos e do bigode.

Meu Deus, por que me abandonaste  
se sabias que eu não era Deus  
se sabias que eu era fraco.

Mundo mundo vasto mundo,  
se eu me chamassem Raimundo  
seria uma rima, não seria uma solução.  
Mundo mundo vasto mundo,  
mais vasto é meu coração.

Eu não devia te dizer  
mas essa lua  
mas esse conhaque  
botam a gente comovido como o diabo.

Carlos Drummond de Andrade

**08. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Os dois últimos versos da terceira estrofe estabelecem relação de oposição com o restante da estrofe.
- b) A segunda estrofe possui 4 orações, sendo uma delas composta por verbo impessoal.
- c) O sujeito do verbo “abandonar” (quinta estrofe) é elíptico e sua omissão prejudica o sentido do poema.
- d) O verbo “viver” (primeira estrofe) é intransitivo, pois não exige complemento verbal.
- e) O sujeito do verbo “botar” (última estrofe) é composto pelos dois versos que o antecede.

**09. Sem alterar o sentido do texto, a conjunção “Se”, na sexta estrofe, pode ser corretamente substituída por**

- a) Outrossim;
- b) Caso;
- c) Destarte;
- d) Ademais;
- e) Porquanto.

10. Considerando o poema e a intenção do eu-lírico, pode-se afirmar que:

- a) o eu-lírico chama o leitor a questionar sua existência;
- b) o eu-lírico se sente parte do mundo;
- c) é exposto o cotidiano de Raimundo;
- d) retrata sentimentos de inadequação e solidão do sujeito;
- e) sugere a existência de problemas banais na vida das pessoas.

11. Quanto à linguagem utilizada no poema, é correto afirmar que:

- a) o eu-lírico utiliza-se de linguagem figurada para expressar suas intenções;
- b) o eu-lírico limita-se a uma linguagem informal, compatível com suas intenções;
- c) a linguagem é predominantemente denotativa;
- d) a repetição de vocábulos prejudica o entendimento do poema;
- e) a repetição de vocábulos sugere uma pobreza semântica do autor.

12. Nos versos “As casas espiam os homens / que correm atrás de mulheres”:

- a) a inserção de uma vírgula antes de “que” não altera o sentido;
- b) o termo “as casas” foi utilizado em seu sentido denotativo;
- c) “os homens” é sujeito do verbo “espiam”;
- d) o sujeito do verbo “correr” é classificado como indeterminado;
- e) a oração “que correm atrás de mulheres” é classificada como adjetiva restritiva.

13. Assinale a alternativa que completa a frase abaixo.

*Para que o corretor e seu assistente \_\_\_\_\_ a venda de forma plena, não \_\_\_\_\_ de verificar todas as certidões cabíveis.*

- a) tivessem concluído / poderiam deixar
- b) concluírem / deveriam deixar
- c) concluírem / deixariam
- d) pudessem concluir / deveríamos ter deixado
- e) pudessem ter concluído / deveriam ter deixado

14. Rousseau explica, em *Do Contrato*, a saída do estado de natureza apelando para uma hipótese: os homens teriam chegado a um ponto em que os obstáculos à sua conservação sobrepujaram as forças de que cada indivíduo dispõe para manter-se.

*História da Filosofia, 1999.*

A correta transposição para a voz passiva da oração “os obstáculos à sua conservação sobrepujaram as forças” é:

- a) sobrepujou-se as forças;
- b) os obstáculos à sua conservação foram sobrepujados pelas forças;
- c) as forças sobrepujaram os obstáculos à sua conservação;
- d) as forças eram sobrepujadas pelos obstáculos à sua conservação;
- e) as forças foram sobrepujadas pelos obstáculos à sua conservação;

**15.** Assinale a alternativa cuja regência nominal está de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

- a) Estou ansiosa para assistir à nova série de Al Pacino que será lançada na próxima semana, na TV paga.
- b) Houve muito desentendimento do marido para com a mulher durante o divórcio litigioso.
- c) Todas as carreiras relacionadas com a política deveriam seguir um padrão ético compatível dos ideais democráticos.
- d) Ouvi dizer que se deve ter obediência com os sêniores.
- e) A aversão contra insetos faz com que dedetizemos constantemente a casa.

---

#### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICO

Carlos Henrique

A respeito das capitalizações simples e composta, responda às questões 16, 17 e 18.

**16.** Um servidor atrasou em 15 dias o pagamento de uma dívida de R\$ 40.000, contraída durante a pandemia, cuja taxa de juros é de 21% ao mês no regime de capitalização simples.

No regime de capitalização simples, o valor dos juros na situação apresentada será x reais maior que no regime de capitalização composta. Calcule o valor de x

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 120,00
- c) R\$ 150,00
- d) R\$ 200,00
- e) R\$ 250,00

**17.** No regime de capitalização composta, calcule a taxa bimestral equivalente a uma taxa nominal de 63% ao trimestre capitalizada mensalmente.

- a) 45%
- b) 43%
- c) 46,41%
- d) 48,76%
- e) 47,2%

**18.** Uma dívida de R\$ 10.000 foi liquidada pelo valor de R\$ 22.500, pagos de uma única vez, dois anos após ter sido contraída. Nesse caso, no regime de capitalização composta, a taxa anual de juros empregada nesse negócio foi de:

- a) 40%
- b) 50%
- c) 55%
- d) 60%
- e) 64%

**19.** Um título sofre um desconto simples por fora de R\$ 2.500,00 quatro meses antes do seu vencimento a uma taxa de desconto de 2,5% ao mês.

Qual é o valor mais próximo do valor nominal do título?

- a) R\$ 22.500,00
- b) R\$ 25.000,00
- c) R\$ 17.500,00
- d) R\$ 20.000,00
- e) R\$ 27.500,00

20. Um capital foi aplicado a juros simples, à taxa anual de 36%. Para que seja possível resgatar-se o quádruplo da quantia aplicada, esse capital deverá ficar aplicado por um período mínimo de:

- a) 7 anos, 6 meses e 8 dias.
- b) 8 anos e 4 meses.
- c) 8 anos, 10 meses e 3 dias.
- d) 11 anos e 8 meses.
- e) 11 anos, 1 mês e 10 dias.

21. O preço à vista de um apartamento é R\$ 210.000,00. Jorge fez uma proposta ao proprietário para adquirir esse imóvel pagando o em três parcelas iguais, a primeira à vista, a segunda após 1 ano e a terceira depois de 2 anos. O proprietário aceitou a proposta, desde que fossem cobrados juros compostos de 100% ao ano sobre o saldo devedor após o pagamento de cada parcela. Nas condições impostas pelo proprietário, o valor de cada uma das três parcelas a serem pagas por Jorge, em reais, deverá ser igual a

- a) 120.000,00
- b) 90.000,00
- c) 100.000,00
- d) 70.000,00
- e) 130.000,00

22. Uma empresa deve pagar duas prestações, iguais e sucessivas, de R\$ 10.000,00. A primeira deve ser paga, no ato, pelo Sistema Francês – Tabela Price (ou seja, a série é antecipada no Sistema Price). A segunda prestação será paga ao final de 6 meses.

O valor atual dessa dívida, dada uma taxa de juros de 60% ao semestre, é de:

- a) R\$ 10.156,25.
- b) R\$ 16.250,00.

- c) R\$ 16.750,00.
- d) R\$ 18.133,57.
- e) R\$ 20.000,00.

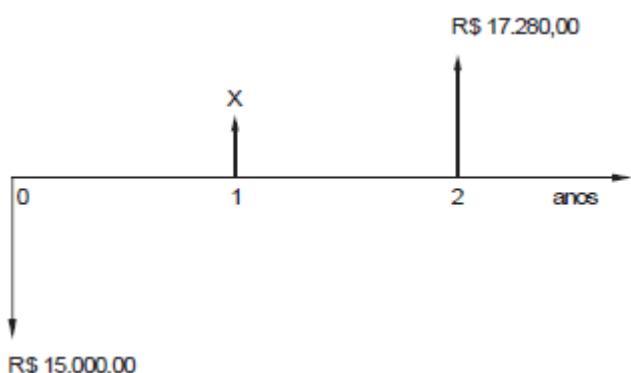
23. Maria adquiriu uma moto a ser paga pelo Sistema Price de Amortização. Ao final do 12º mês ele ainda deve R\$ 14.696,13. Sabendo-se que a taxa de juros do empréstimo é de 2% ao mês e que a prestação tem o valor de R\$ 777,00, o saldo devedor, após o pagamento da próxima prestação, será de:

- a) R\$ 14.000,00.
- b) R\$ 14.147,53.
- c) R\$ 14.198,84.
- d) R\$ 14.213,05.
- e) R\$ 14.322,01.

24. Uma dívida decorrente de um empréstimo deverá ser liquidada por meio de 120 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data do empréstimo. Considerando que foi utilizado o Sistema de Amortização Constante (SAC) a uma taxa de 2% ao mês, verifica-se que o valor da última prestação é igual a R\$ 1.275,00. A prestação da 50ª prestação, é

- a) R\$ 3.100,00
- b) R\$ 3.050,00
- c) R\$ 3.025,00
- d) R\$ 3.000,00
- e) R\$ 3.075,00

**25.** Considere o fluxo de caixa abaixo, que se refere a um projeto cujo desembolso inicial foi de R\$ 15.000,00.



A uma taxa de atratividade de 20% ao ano, o índice de lucratividade do projeto tem valor de 1,6. Nessas condições, o valor de X é

- a) R\$ 14.600,00
- b) R\$ 15.000,00
- c) R\$ 14.800,00
- d) R\$ 14.400,00
- e) R\$ 14.200,00

**26.** Aos domingos,

- como pizza no jantar ou não tomo açaí,
- corro ou jogo futebol e
- tomo açaí ou não corro.

Se, no último domingo, não joguei futebol, então

- a) corri e não comi pizza no jantar.
- b) não corri e comi pizza no jantar.
- c) não comi pizza no jantar e não tomei açaí.
- d) não corri e não tomei açaí.
- e) corri e tomei açaí.

**27.** Maria saiu de casa para comprar a saia nova cuja venda tinha se iniciado na semana anterior. Ao voltar para casa sem a saia, a mãe de Maria comentou com o pai:

Maria não tinha dinheiro suficiente ou o shopping fechou.

Do ponto de vista lógico, essa frase é equivalente a

- a) O shopping fechou e Maria não tinha dinheiro suficiente.
- b) O shopping não fechou e Maria não tinha dinheiro suficiente.
- c) Se Maria não tinha dinheiro suficiente então o shopping não fechou.
- d) Se Maria tinha dinheiro suficiente então o shopping fechou.
- e) Se o shopping fechou então Maria tinha dinheiro suficiente.

**28.** A respeito da festa do casamento de Maria, José fez a seguinte declaração:

Se o número de salgadinhos encomendados não foi o suficiente, então o casamento não acabou bem.

Sabe-se que a declaração de José é falsa, portanto, a negação da afirmação de José é:

- a) Se o número de salgadinhos encomendados foi o suficiente, então o casamento acabou bem.
- b) O número de salgadinhos encomendados não foi o suficiente e o casamento acabou bem.
- c) Se o casamento não acabou bem, então o número de salgadinhos encomendados não foi o suficiente.
- d) Se o casamento acabou bem, então o número de salgadinhos encomendados foi o suficiente.
- e) O número de salgadinhos encomendados foi o suficiente e o casamento não acabou bem.

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 papiloscopistas da polícia federal a respeito da atividade A — identificação de vítimas — e da atividade B — descoberta de crimes de falsificação — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, resolva as questões 29 e 30.

**29.** Qual é a quantidade máxima de papiloscopistas desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades?

- a) 5
- b) 7
- c) 8
- d) 4
- e) 6

**30.** Infere-se dos dados que a quantidade mínima de papiloscopistas desse grupo que gostam das duas atividades é igual a:

- a) 20
- b) 21
- c) 22
- d) 23
- e) 24

**31.** Cinco moças foram acusadas de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate de Joana. Ao entrar na sala, irritada, Joana as questiona:

- "Eu não fui", responde Karen.
- "Foi a Emília", garantiu Mônica.
- "Foi a Ju", disse Emília.
- "A Mônica está mentindo", retrucou Ju.
- "A Karen está falando a verdade", disse Renata.

Sabendo-se que apenas uma das moças mentiu e somente uma delas o pedaço de bolo de Joana, quem comeu o bolo?

- a) Karen.
- b) Emília.
- c) Mônica.
- d) Ju.
- e) Renata.

**32.** A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi:

- a) 417
- b) 390
- c) 117
- d) 286
- e) 142

**33.** Se minha casa não é azul, então o meu gato mia.  
Se minha casa é azul, então João não é feliz. Ora,  
João é feliz. Logo:

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
- b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
- c) a minha casa é azul e o meu gato mia
- d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
- e) se João é feliz, então o meu gato não mia

**34.** A negação da sentença: "A Terra é plana e Salim é turco" é:

- a) Se Salim é turco, então a Terra não é plana.
- b) Se Salim não é turco, então a Terra não é plana.
- c) A Terra não é plana e Salim não é turco.
- d) A Terra não é plana ou Salim é turco.
- e) A Terra não é plana, se Salim não é turco.

**35.** Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam dos dois sabores.

**36.** Um concursaio utiliza, para fazer uma senha, 3 vogais distintas seguidas de 3 algarismos distintos. O número total de senhas diferentes que podem ser feitas através desse esquema corresponde a:

- a) 38600
- b) 43200
- c) 60000
- d) 90000
- e) 12500

**37.** Um órgão possui vinte servidores, dos quais dez são homens e dez são mulheres. Portanto, o número de comissões de cinco pessoas que se pode formar com três mulheres e dois homens é:

- a) 3600
- b) 1650
- c) 5.450
- d) 5.400
- e) 5.800

Utilize a tabela abaixo para as questões 38 a 43.

Se  $Z$  tem distribuição normal padrão, então:

$$\begin{aligned}P(Z < 0,5) &= 0,691; P(Z < 0,8) = 0,788; P(Z < 1) = \\0,841; P(Z < 1,2) &= 0,885; P(Z < 1,28) = 0,90; P(Z < 2) = 0,977; P(Z < 1,5) = 0,933; P(Z < 1,8) = 0,964;\end{aligned}$$

Com o objetivo de se estimar a idade média,  $\mu$ , em anos, de ingresso no primeiro emprego formal de jovens de determinada comunidade, selecionou-se uma amostra aleatória de 100 jovens da população de jovens que já haviam ingressado no mercado de trabalho formal. Os resultados obtidos encontram-se na tabela de distribuição de frequências apresentada a seguir:

Idade (em anos)	Frequência Relativa
18 — 20	0,10
20 — 22	0,30
22 — 24	0,35
24 — 26	0,25

**38.** Calcule a média amostral

- a) 22
- b) 22,5
- c) 23
- d) 23,5
- e) 24

**39.** Supondo-se que o desvio padrão populacional seja igual a 1, o intervalo de confiança para  $\mu$ , em anos, com coeficiente de confiança igual a 80%, baseado nessa amostra, é igual a:

- a) [22,372 ; 22,628]
- b) [22,4 ; 22,6]
- c) [22,35 ; 22,65]
- d) [22,3 ; 22,7]
- e) [22,2 ; 22,8]

**40.** O tempo necessário para que uma pessoa tenha um retorno sobre seu processo administrativo em um determinado órgão público tem distribuição normal com média  $\mu = 140$  dias e desvio padrão  $\sigma = 50$  dias.

A probabilidade de que uma pessoa, aleatoriamente selecionada, espere entre 180 dias e 240 dias para ter o retorno sobre seu processo é igual a:

- a) 17,5%
- b) 17,7%
- c) 18%
- d) 18,36%
- e) 18,9%

O diâmetro de uma peça é uma variável aleatória  $X$ , com distribuição normal com média  $\mu$  (cm) e desvio padrão igual a 1,5 cm.

**41.** Ao vender a peça, o lucro obtido pelo fabricante é de 50 reais se  $X$  se distanciar de sua média por, no máximo, 1,5 cm e, é de - 10 reais caso contrário.

Nessas condições, calcule o lucro esperado por peça

- a) 30,60 reais
- b) 30,70 reais
- c) 30,80 reais
- d) 30,90 reais
- e) 40 reais

**42.** Sabe-se que 90% dos valores de X são superiores a 5 cm. Nessas condições, calcule o valor de  $\mu$ , em cm

- a) 6,72 cm
- b) 6,92 cm
- c) 7,16 cm
- d) 7,36 cm
- e) 7,8 cm

**43.** Seja  $p$  a proporção de torcedores de um certo time de futebol numa população muito grande. Deseja-se testar  $H_0: p = 0,1$  versus  $H_1: p > 0,1$  com base numa amostra simples de tamanho 400, utilizando-se o seguinte critério: rejeitar  $H_0$  se o número de torcedores do time na amostra for maior do que 52.

Calcule o nível de significância do teste.

- a) 1,2%
- b) 1,5%
- c) 2,0%
- d) 2,5%
- e) 3,6%

O enunciado a seguir refere-se às questões 44 e 45. Em um experimento binomial com três provas, a probabilidade de ocorrerem dois sucessos é doze vezes a probabilidade de ocorrerem três sucessos.

**44.** Calcule a probabilidade de fracasso

- a) 20%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 75%
- e) 80%

**45.** Calcule o valor de  $F(1)$ , onde  $F$  é a função distribuição acumulada de probabilidade

- a) 89,6%
- b) 91,2%
- c) 88,4%
- d) 92,4%
- e) 86,8%

---

#### ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

---

Amanda Aires

**46.** A microeconomia aborda problemas relativos às unidades primárias de decisão no mercado, utilizando o esquema de análise baseado na oferta e na demanda. Em relação ao tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Segundo o princípio da igualdade marginal, cada bem é demandado até o ponto em que a utilidade marginal da última unidade monetária dispendida com ele maior que a utilidade marginal da última dispendida com qualquer outro bem.
- b) Parte da explicação para a inclinação negativa da curva de demanda é dada pelo efeito renda, segundo o qual o aumento do preço de um bem A, tudo o mais constante, reduz o poder aquisitivo do consumidor e, consequentemente, a demanda por A, sendo válida essa análise para os bens inferiores.
- c) No caso dos bens de Giffen, para os quais há uma relação direta entre preço e quantidade procurada do bem, há um paradoxo que constitui uma exceção à lei da demanda.
- d) O excedente do consumidor de um bem é a diferença entre o preço máximo que o consumidor estaria disposto a pagar e o número de unidades do bem demandado.

e) O coeficiente de elasticidade-preço da demanda é dado pela razão entre a variação percentual da quantidade demandada de um bem e a variação percentual de seu preço, mantendo-se constantes todos os demais fatores que afetam a quantidade demandada. Bens com substitutos próximos tendem a ter uma demanda menos elástica do que os que não o são.

**47.** Dada a função de produção de uma firma  $Q = 3K^{0,5} L^{0,5}$  e a disponibilidade de fatores de produção Capital ( $K$ ) = 196 e Trabalho ( $L$ ) = 144, onde  $Q$  representa o produto, a produtividade média do capital, caso ambos os fatores sejam plenamente empregados, será:

- a) 2,07
- b) 2,57
- c) 3,50
- d) 504
- e) 1,48

**48.** Considere uma função de produção de longo prazo representada por  $Q = 2KL$ , sendo  $Q$  = quantidade produzida de um bem;  $K$  = quantidade do fator capital e  $L$  = quantidade do fator trabalho.

Sendo assim, pode-se afirmar que essa função:

- a) Possui rendimentos crescentes de escala.
- b) Possui rendimentos constantes de escala.
- c) Possui rendimentos decrescentes de escala.
- d) Não apresenta rendimentos de escala.
- e) Possui taxa marginal de substituição técnica igual a 0.

**49.** A condição necessária e suficiente de maximização de lucro no longo prazo, para uma firma inserida em uma estrutura de concorrência perfeita, é dada por:

- a) a receita marginal seja igual ao custo marginal, na parte decrescente da curva de custo marginal
- b) o preço seja igual à receita marginal
- c) o preço seja igual ao custo médio, na parte mínima da curva de custo médio.
- d) a oferta de mercado seja igual à demanda individual
- e) o custo marginal seja igual ao custo fixo médio

**50.** No curto prazo, ao se comparar o comportamento da curva de produtividade médio do único fator variável com a correspondente curva de custo médio da empresa, assumindo-se que o preço dos fatores de produção é constante, pode-se dizer que:

- a) elas não apresentam nenhuma relação quanto à forma.
- b) quando uma delas cresce, a outra é decrescente.
- c) elas sempre se apresentam igualmente decrescentes.
- d) quando uma delas cresce, a outra também é crescente.
- e) elas sempre se apresentam igualmente crescentes.

51. Sobre a estrutura de mercado de um determinado bem ou serviço, analise as afirmativas abaixo:

- I. O monopólio somente se mantém se a firma conseguir possibilitar a entrada de outras firmas no seu mercado de atuação.
- II. O Monopsônio tem vários compradores que influenciam o preço que pagam pelo produto de um único vendedor.
- III. O monopólio bilateral ocorre quando há apenas um vendedor e diversos compradores.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- b) Apenas a afirmativa I está correta
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- d) Apenas a afirmativa III está correta
- e) Todas as alternativas estão incorretas

52. Considere a moderna teoria da curva de Phillips, relacionando a taxa de inflação e o nível de atividade econômica.

Essa teoria prediz que se a inércia e a expectativa inflacionárias forem nulas e se não houver capacidade ociosa na economia, tenderá a ocorrer, a curto prazo, uma situação de

- a) deflação
- b) aceleração da inflação
- c) redução dos juros nominais
- d) redução do produto potencial
- e) valorização cambial da moeda doméstica

53. Os determinantes do investimento segundo a teoria keynesiana são:

- a) a taxa de juros e taxa de inflação.
- b) o retorno esperado e a carga tributária.
- c) a carga tributária e a taxa de câmbio.
- d) a taxa de juros e o custo-país.
- e) a taxa de juros e a taxa interna de retorno.

54. Considere as seguintes afirmações:

- I. A Curva de Phillips expressa uma relação negativa de curto prazo entre inflação e desemprego nas economias.
- II. A rigidez de salários nominais é uma das hipóteses adotadas na construção do modelo de oferta agregada de curto prazo cuja inclinação é positiva.
- III. Se considerarmos uma economia com curva de oferta agregada perfeitamente elástica em relação ao nível de preços, uma elevação dos gastos do governo não alterará o nível geral de preços.
- IV. Se a oferta agregada de uma economia tem elasticidade positiva e finita em relação ao nível de preços, as políticas fiscal e monetária são eficientes para elevar o produto de curto prazo da economia caso haja desemprego involuntário de mão de obra.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) I, I, III e IV

**55.** Com base na teoria macroeconômica, assinale a opção incorreta.

- a) Os lucros das empresas estrangeiras reinvestidos no Brasil são contabilizados como débito na conta capital e financeira do balanço de pagamentos brasileiro.
- b) Segundo o paradoxo da parcimônia, um aumento da poupança, no curto prazo, contribui para elevar o investimento e o nível de equilíbrio do produto interno bruto.
- c) As necessidades de financiamento no setor público, no conceito nominal, incluem a correção monetária, aplicando-se, portanto, a taxa de juros nominal sobre o estoque da dívida pública.
- d) Com o aumento das reservas nos bancos comerciais, reduz-se o multiplicador monetário, o que contribui para a retração da oferta de moeda.
- e) Em uma economia aberta, caso a propensão marginal para poupar seja igual a 0,25 e a propensão marginal para consumir bens importados, igual a 0,15, então o multiplicador keynesiano será igual a 2,5.

**56.** Sobre tipos e teorias da inflação, é incorreto afirmar:

- a) A Curva de Phillips expressa uma relação inversa entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego de um país.
- b) A inflação de custos decorre de choques exógenos na oferta agregada da economia, tal como uma quebra de safra agrícola em virtude de condições climáticas desfavoráveis.
- c) A inflação consiste em uma alta persistente e generalizada dos preços da economia.
- d) Uma política fiscal expansiva, tudo o mais permanecendo constante, tende a provocar uma inflação de oferta.

e) Um aumento real de salários dos trabalhadores no mesmo percentual do aumento em sua produtividade não pode ser considerado uma das causas possíveis da inflação de custos.

**57.** Uma economia apresenta a seguinte função consumo ( $C$ ) em relação à sua renda disponível ( $Yd$ ):

$$C = 120 + 0,2 Yd$$

São dados para essa economia os seguintes valores:

I (Investimentos) .....	250.
G (Gastos do Governo).....	420.
T (Tributação) .....	450.
X (Exportações) .....	190.
M (Importações).....	170.

Se a renda de pleno emprego dessa economia for igual a 2.400, ela apresentará um hiato

- a) deflacionário de 1500.
- b) deflacionário de 2000.
- c) inflacionário de 1500.
- d) deflacionário de 2500.
- e) inflacionário de 1800.

**58.** No modelo IS-LM para uma economia fechada, é incorreto afirmar que

- a) uma política fiscal expansiva tende sempre a reduzir a taxa de juros da economia, exceto no caso teórico denominado por Keynes de armadilha da liquidez.
- b) a curva LM é positivamente inclinada e sua declividade é função da relação positiva existente entre o nível de renda e a demanda de moeda para fins de precaução e transação.
- c) uma política de expansão monetária por parte do Banco Central será bem sucedida no objetivo de aumentar o nível de renda e diminuir a taxa de desemprego da economia, se a demanda por investimentos for elástica em relação à taxa de juros.
- d) a curva IS é negativamente inclinada e sua declividade é função inversa da propensão marginal a consumir e da elasticidade do investimento em relação à taxa de juros.
- e) se a demanda de moeda for totalmente insensível a variações da taxa de juros, uma política fiscal monetária tenderá a reduzir a taxa de desemprego da economia.

**59.** No balanço de pagamentos de um país, diz-se que a recebimento líquido de recursos para o exterior é positiva quando

- a) a absorção interna é menor que a produção interna de bens e serviços.
- b) a balança comercial é positiva.
- c) a produção interna é menor que a produção nacional de bens e serviços.
- d) as exportações de mercadorias forem menores que as importações de mercadorias.
- e) o saldo da balança de serviços for positivo.

**60.** Assinale a afirmativa que NÃO está correta:

- a) em períodos de alta inflação, o aumento da taxa de juros nominal e a redução dos custos de transação entre moeda e outras aplicações financeiras reduzem a demanda real por moeda;
- b) uma determinação do Banco Central que eleve a taxa de recolhimento compulsório dos bancos comerciais irá aumentar o multiplicador monetário e, consequentemente, a oferta monetária;
- c) uma determinação do Banco Central que reduza a taxa de redesconto, não altera a base monetária e aumenta a oferta de moeda;
- d) uma redução na base monetária pode ser compensada por um aumento no multiplicador monetário de forma que a oferta de moeda seja mantida constante;
- e) uma determinação do Banco Central que reduza a taxa de recolhimento compulsório dos bancos comerciais manterá constante a base monetária, deixando inalterada a sua composição.

**61.** No contexto de um modelo IS-LM com variações no nível de preços agregado, indique, entre as afirmações abaixo, aquela que seria compatível com uma redução na oferta monetária, no curto prazo.

- a) O nível de preços cai, mas em proporção menor que a queda do estoque de moeda, devido a uma queda no nível de produto em consequência da alta da taxa de juros real.
- b) O nível de preços aumenta, em proporção superior à do aumento do estoque de moeda, devido a um aumento no nível de produto causado pela queda da taxa de juros real.
- c) O nível de preços fica constante, assim como o nível de produto, mas a taxa de juros real decresce.

- d) O nível de preços fica constante, assim como a taxa de juros real, mas o nível de produto diminui.  
e) O nível de preços diminui, em consequência de uma redução no nível de produto agregado causada pelo aumento da taxa de juros real.

**62.** Analise as afirmativas a seguir sobre a Macroeconomia e seus conceitos.

- I. A Macroeconomia existe em função do consumo agregado, que evidencia a relação entre o consumo agregado e a renda agregada.  
II. A variação do consumo provocada por uma variação na renda denomina-se propensão marginal a consumir.  
III. A variação do consumo provocada por uma variação na renda denomina-se propensão marginal a consumir

Marque a opção que indica a(s) afirmativa(s) CORRETA(S).

- a) I.  
b) II.  
c) III.  
d) I – II.  
e) I – II – III.

**63.** Acerca do papel do Governo na economia, analise as afirmativas a seguir e marque (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.

- ( ) As políticas macroeconômicas envolvem o poder de cobrar impostos e a determinação da oferta de moeda e da sensibilidade da economia às taxas de juros.  
( ) Um governo que tem como finalidade da política econômica melhorar a distribuição equitativa da renda, deve adotar tributos indiretos e taxas proporcionais

( ) As políticas macroeconômicas de estabilização e crescimento econômico incluem as políticas fiscal e monetária.

Marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) V – V – V.  
b) V – F – V  
c) F – V – V.  
d) F – F – V  
e) V – F – V.

**64.** O objetivo da macroeconomia é a formação e a distribuição de produto e renda pela atividade econômica. É o chamado fluxo circular da renda.

Com base nessa informação, é correto afirmar:

- a) Em uma economia simplificada, de dois setores, os agentes econômicos são as empresas e as famílias.  
b) Em uma economia simplificada, de dois setores, além das famílias e das empresas, o governo e o exterior são, também, considerados agentes econômicos.  
c) Os fluxos de importação e de exportação de mercadorias entram no fluxo circular da renda em uma economia simplificada, de dois setores.  
d) Em uma economia simplificada, de dois setores, os agentes econômicos são representados pelo setor público e pelas empresas.  
e) Em uma economia expandida, não se deve levar em consideração a presença do governo na economia.

**65.** Entender o crescimento a longo prazo é uma preocupação dos modelos de crescimento econômico. Analise as seguintes assertivas sobre o modelo de crescimento Solow:

- I. Ele postula que as fontes do crescimento econômico são: a taxa de crescimento tecnológico, a taxa de aumento do insumo mão-de-obra, e a taxa de crescimento do capital e taxa de depreciação do capital.
- II. O progresso tecnológico não pode ser observado diretamente na realidade, sendo, no modelo de Solow, calculado pela diferença entre a taxa observada de crescimento do produto e a parte deste crescimento explicada pelo trabalho e pelo capital, sendo então chamado esse modelo de crescimento endógeno.
- III. Uma das conclusões importantes do modelo de Solow é que o progresso tecnológico permite um crescimento permanente mais rápido, fato também observado na realidade das economias menos desenvolvidas.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhuma das alternativas

---

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

**66.** De acordo com o Decreto Municipal nº 14.635/2011, NÃO constitui objetivo do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal.

- a) disseminar valores éticos, de lisura e de justiça impressos na postura estratégica da estrutura institucional da Administração.

- b) estabelecer regras básicas sobre conflito de interesses e restrições às atividades profissionais posteriores ao exercício do cargo, emprego ou função.
- c) orientar a tomada de decisões dos Agentes Públicos, a fim de que se pautem sempre pelo interesse público, com razoabilidade e proporcionalidade, sem qualquer favorecimento para si ou para outrem.
- d) assegurar transparência e publicidade à atividade administrativa, com processos céleres e previsíveis, com fundamento nos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima;
- e) garantir a supremacia do interesse público: elemento justificador da própria existência da Administração Pública, destinado à consecução da justiça social e do bem comum.

**67.** Com relação ao direito à associação, assinale a opção correta.

- a) As atividades das associações somente poderão ser suspensas por decisão judicial.
- b) A liberdade de associação é plena, mesmo para associação de caráter paramilitar.
- c) A criação de associação depende de autorização do poder público.
- d) A associação pode prever, em seu estatuto, hipóteses para compelir alguém a permanecer associado.
- e) As associações, ainda quando não autorizadas expressamente, possuem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

**68.** Segundo a CF, não é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) ministro do STF.
- b) ministro de Estado da Defesa.
- c) carreira diplomática.
- d) oficial das Forças Armadas.
- e) senador da República.

**69.** Considerando-se as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), é correto afirmar que a subvenção a cultos religiosos e igrejas:

- a) pode ser realizada independentemente de lei, desde que não seja mantida relação de dependência entre um ente federado e eventuais cultos religiosos e igrejas por ele subvencionados.
- b) é admitida no caso de colaboração de interesse público, desde que seja feita na forma da lei.
- c) é legítima se prevista na Lei Orgânica do município, independentemente de caracterizar-se como colaboração de interesse público.
- d) é vedada aos municípios em qualquer hipótese, sendo permitida apenas à União, aos estados e ao Distrito Federal.
- e) somente é admitida no caso de religiões que sejam oficialmente adotadas pelo Estado brasileiro, que consiste em uma federação não laica.

**70.** Considerando as disposições da CF, assinale a opção correta, no que se refere à acumulação de cargos públicos:

- a) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos na administração direta não admite exceções.
- b) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos públicos.

c) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos abrange o exercício de cargo público privativo de médico concomitante com o exercício de medicina em clínica particular.

d) A acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor é permitida, desde que haja compatibilidade de horários.

e) Não se estende a sociedades controladas indiretamente pelo poder público a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos.

---

## DIREITO CIVIL

---

Paulo Sousa

**71.** Segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta

- a) As leis, atos e sentenças de outro país, somente terão eficácia no Brasil quando não ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- b) Em razão do princípio da boa-fé subjetiva, caso o juiz desconheça a lei estrangeira, deverá acreditar em que a invoca, aplicando-a, portanto.
- c) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que domiciliado seu constituidor.
- d) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se domiciliado o proponente.
- e) As regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade são determinadas pela lei do local de falecimento da pessoa natural.

**72.** Em se tratando da sucessão provisória, segundo o Código Civil de 2002, decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão. Com base nisto, assinale a alternativa que apresenta corretamente os interessados de que trata o enunciado.

- a) Somente se consideram interessados o cônjuge separado judicialmente e os herdeiros presumidos.
- b) Somente se consideram interessados o cônjuge separado judicialmente; os herdeiros presumidos testamentários e; os credores de obrigações vencidas e não pagas.
- c) Somente se consideram interessados os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte e os credores de obrigações vencidas e não pagas.
- d) Somente se consideram interessados o cônjuge não separado judicialmente; os herdeiros presumidos legítimos; os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte e; os credores de obrigações por vencer.
- e) Somente se consideram interessados o cônjuge não separado judicialmente; os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários; os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte; os credores de obrigações vencidas e não pagas.

**73.** Em se tratando das pessoas jurídicas, assinale a alternativa que apresenta apenas pessoas jurídicas de direito público interno, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002.

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno os partidos políticos e as autarquias.

- b) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias e as associações públicas.
- c) São pessoas jurídicas de direito público interno todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- d) São pessoas jurídicas de direito público interno as organizações religiosas.
- e) São pessoas jurídicas de direito público interno as associações e as fundações.

**74.** Sobre a representação, assinale a alternativa que está em consonância com o Código Civil de 2002:

- a) Os poderes de representação conferem-se apenas por lei, sendo expressamente vedada qualquer outra forma.
- b) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- c) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- d) O representante ao assumir tal posição, fica desobrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes.
- e) Ainda que o representado permita, será anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

75. Em se tratando dos prazos prescricionais, assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002:

- a) Prescreve em um ano a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- b) Prescreve em dois anos a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- c) Prescreve em quatro anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- d) Prescreve em quinze anos as pretensões cuja lei não lhes haja fixado prazo menor.
- e) Prescreve em dois anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

#### DIREITO EMPRESARIAL

---

Cadu Carrilho

76. Sobre o estabelecimento, marque a incorreta:

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- b) O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- c) Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual ou de um dos sócios da sociedade empresária.
- d) Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Estado.
- e) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

77. A lei define quais as competências do Conselho de Administração da Sociedade Anônima. São competências do Conselho, exceto:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia.
- b) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto.
- c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos.
- d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria e manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir.
- e) suspender o exercício dos direitos do acionista.

78. Sobre o cheque, marque a correta:

- a) O cheque contem a ordem condicional de pagar quantia determinada.
- b) O título, a que falte qualquer dos requisitos enumerados na lei não vale como cheque, sem exceção.
- c) O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque.
- d) O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a sobre eles emitir cheque, em virtude de contrato expresso ou tácito, a infração desses preceitos prejudica a validade do título como cheque.
- e) O cheque submete-se ao aceite do banco, após o pagamento efetuado.

**79.** A duplicata é um tipo de título de crédito que possui lei específica, sobre esse título e conforme a previsão legal, marque a opção correta:

- a) A remessa de duplicata poderá ser feita diretamente pelo vendedor ou por seus representantes, por intermédio de instituições financeiras, procuradores ou, correspondentes que se incumbam de apresentá-la ao comprador na praça ou no lugar de seu estabelecimento, podendo os intermediários devolvê-la, depois de assinada, ou conservá-la em seu poder até o momento do resgate, segundo as instruções de quem lhes cometeu o encargo.
- b) O prazo para remessa da duplicata será de 30 (trinta) dias, contado da data do seu aceite.
- c) A duplicata, quando não for à vista, deverá ser devolvida pelo comprador ao apresentante dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de sua apresentação, devidamente assinada ou acompanhada de declaração, por escrito, contendo as razões da falta do aceite.
- d) O comprador não pode, em nenhuma hipótese deixar de aceitar a duplicata, já que é um título de aceite obrigatório.
- e) O comprador não pode resgatar a duplicata antes de aceitá-la ou antes da data do vencimento.

**80.** A lei de falências e recuperação estabelece uma série de meios de recuperação judicial a serem aplicados pelo devedor e que constituem um rol exemplificativos dessas medidas, marque a única opção que não está de acordo com a lei:

- a) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas, mas não das vincendas.
- b) usufruto da empresa e administração compartilhada.
- c) emissão de valores mobiliários.
- d) conversão de dívida em capital social.

- e) venda integral da devedora, desde que garantias aos credores não submetidos ou não aderentes condições, no mínimo, equivalentes àquelas que teriam na falência, hipótese em que será, para todos os fins, considerada unidade produtiva isolada.

---

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

**81.** Sobre a licença para tratar de interesses particulares, prevista na Lei municipal 7.169/1996, é INCORRETO afirmar que:

- a) Poderá ser concedida aos servidores estáveis, ainda que ocupante de função gratificada.
- b) é concedida sem remuneração.
- c) o prazo é de 2 (dois) anos, prorrogável por mais 1 (um).
- d) poderá ser interrompida a pedido do servidor ou no interesse do serviço, devidamente motivado.
- e) Não será concedida nova licença antes de decorrido prazo equivalente ao do afastamento, contado do término da licença.

**82.** Suponha que determinado município mineiro tenha delegado à iniciativa privada a prestação do serviço público de transporte coletivo, tendo celebrado contrato de concessão com empresa privada. Caso reste comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) deverá decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, sendo que a indenização devida à empresa é calculada no decurso do processo, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.
- c) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, não cabendo qualquer indenização à empresa.
- d) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.
- e) ensejará a nulidade do contrato, impedindo os efeitos jurídicos que a avença, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

**83.** No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa, considerando a redação atualizada da Lei 8.429/1992, é correto afirmar que:

- a) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- b) Atualmente admite-se conduta culposa para a constituição de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- c) A perda patrimonial decorrente da atividade econômica é elemento suficiente para se caracterizar ato de improbidade administrativa.

d) É possível se valer da presunção de ocorrência de dano para condenação por ato de improbidade que causa lesão ao erário.

e) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

**84.** Trata-se de modalidade licitatória marcada por maior subjetividade, utilizada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico:

- a) concorrência.
- b) consulta.
- c) concurso.
- d) convite.
- e) leilão.

**85.** À luz das regras constantes da Lei 8.666/1993, assinale a alternativa que apresenta corretamente hipótese de licitação dispensável:

- a) dação em pagamento de bens imóveis.
- b) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa.
- c) contratação de artista consagrado.
- d) não acudirem interessados à licitação anterior e a realização da contratação direta seja prescindível para evitar prejuízo para a Administração.
- e) locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha.

**DIREITO PENAL**

Antônio Pequeno

**86.** Em outubro de 2019, Carlos iniciou a execução de um grande crime de extorsão mediante sequestro, sendo que a restrição da liberdade da vítima durou mais de 60 (sessenta) dias. Ocorre que, no mês de novembro de 2019, quando o delito já estava consumado, entrou em vigor lei penal que aumentou a pena do crime de extorsão mediante sequestro. A vítima apenas conseguiu sua liberdade no dia de Natal do ano de 2019, mesma data em que houve obtenção da vantagem financeira pelo autor do fato, tendo ela comparecido em janeiro de 2020 ao Ministério Público para narrar o ocorrido. Oferecida denúncia em face de Carlos pela prática do crime de extorsão mediante sequestro e confirmada a autoria em instrução probatória, o promotor de justiça poderá requerer a condenação de Carlos com base na:

- a) lei em vigor em outubro de 2019, momento em que foi consumado o crime imputado, aplicando-se ao Direito Penal o princípio do tempus regit actum;
- b) lei em vigor no momento da apresentação das alegações finais, ainda que mais gravosa, aplicando-se ao Direito Penal o princípio do tempus regit actum;
- c) lei em vigor em outubro de 2019, por ser aplicável ao Direito Penal o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa;
- d) inovação legislativa, pois o crime imputado somente restou consumado no dia da obtenção da vantagem indevida;
- e) inovação legislativa, ainda que mais gravosa, em razão da natureza do crime imputado

**87.** Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território do Uruguai, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, argentino residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos.

Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

**88.** Durante uma fiscalização de rotina in loco de um determinado estabelecimento comercial, dois fiscais solicitam ao comerciante a documentação pertinente. O comerciante exibe os documentos aos fiscais e estes constatam a ocorrência de irregularidades que os obrigariam a autuar o estabelecimento. Os fiscais comunicam ao comerciante que ele será autuado, momento em que este oferece a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para que eles deixassem de fazer a autuação. Os fiscais responderam que estariam de acordo mediante o pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O comerciante afirma que não tem essa quantia e os fiscais realizam a autuação na forma da lei. Diante da narrativa, assinale a afirmativa correta.

- a) O comerciante e os fiscais não cometem nenhum crime, pois não foi efetivado o pagamento de dinheiro e o estabelecimento foi regularmente autuado.
- b) O comerciante cometeu o crime de corrupção e os fiscais cometem o crime de concussão, todos na modalidade tentada.
- c) O comerciante cometeu o crime de corrupção ativa na modalidade tentada e os fiscais não cometem nenhum crime.
- d) O comerciante cometeu o crime de corrupção ativa e os fiscais cometem o crime de corrupção passiva.
- e) O comerciante cometeu o crime de corrupção e os fiscais cometem o crime de prevaricação.

**89.** João, fiscal de um Município do Estado Alfa, passava por uma rua de comércio popular com a família, quando seu filho avistou um comerciante vendendo balões de personagens infantis e insistiu que queria um. João, então, se dirigiu ao vendedor e exigiu que ele lhe desse o balão pretendido pelo filho, que estava sendo vendido para outro casal, dizendo que trabalhava para a Prefeitura e que, se não fosse atendido, chamaria a guarda municipal para apreender os objetos e lavrar o auto próprio. Ao proceder da forma narrada, João praticou, em tese, a conduta tipificada como:

- a) extorsão;
- b) concussão;
- c) corrupção passiva;
- d) exercício arbitrário das próprias razões;
- e) corrupção passiva, mas João terá sua tipicidade afastada pelo princípio da insignificância.

**90.** Ulisses, auditor fiscal do município, em auditoria realizada na empresa Skintrade Confecções, constatou irregularidades fiscais no referido estabelecimento. A pretexto de reduzir ou perdoar as referidas dívidas junto ao fisco municipal, exigiu do proprietário da confecção determinado valor em dinheiro. Nesta hipótese, Ulisses cometeu crime

- a) funcional contra a ordem tributária.
- b) de prevaricação.
- c) de condescendência criminosa.
- d) de corrupção ativa.
- e) de excesso de exação.

**ÉTICA**

Emerson Bruno

**91.** De acordo com o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal, considera-se agente público:

- a) os servidores ocupantes de cargo efetivo ou em comissão.
- b) somente os agentes públicos remunerados pelo Municípios de Belo Horizonte.
- c) todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.
- d) somente os servidores públicos efetivos.
- e) todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente e com remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

**92.** De acordo com o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal, constituem deveres dos Agentes Públicos municipais, EXCETO:

- a) divulgar e informar a todos os integrantes do órgão ou unidade administrativos a que se vincule sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
- b) divulgar ou facilitar a divulgação, por qualquer meio, de informações sigilosas obtidas por qualquer forma em razão do cargo, emprego ou função.
- c) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.

d) empenhar-se em seu desenvolvimento profissional, mantendo-se atualizado quanto a novos métodos, técnicas e normas de trabalho aplicáveis à sua área de atuação.

e) facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito, prestando toda colaboração ao seu alcance.

**93.** De acordo com o Dec. 14.635/2011, preservar a imagem e a reputação do administrador público cuja conduta esteja de acordo com as normas éticas estabelecidas no Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal é:

- a) uma diretriz prevista no Código de Ética.
- b) uma finalidade prevista no Código de Ética.
- c) uma vedação prevista no Código de Ética.
- d) um princípio previsto no Código de Ética.
- e) um valor previsto no Código de Ética.

**94.** Conforme o Dec. 14.635/2011, O Conselho de Ética Pública será composto por \_\_\_\_\_, e seus respectivos suplentes, escolhidos e designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, para exercício de mandato de \_\_\_\_\_, admitida uma recondução.

- a) 4 (quatro) membros titulares; 2 (dois) anos.
- b) 4 (quatro) membros titulares; 4 (quatro) anos.
- c) 3 (três) membros titulares; 2 (dois) anos.
- d) 2 (dois) membros titulares; 2 (dois) anos.
- e) 3 (três) membros titulares; 3 (cinco) anos.

**95.** De acordo com o Código de Ética, em caso de dúvida sobre como tratar situação patrimonial específica, a autoridade pública deverá consultar formalmente

- a) o Gabinete do Prefeito
- b) o Gabinete do Vice-Prefeito.
- c) a Coordenação Executiva do Programa BH Metas e Resultados.
- d) a Assessoria de Comunicação Social do Município.
- e) o Conselho de Ética Pública.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

---

Fernando Maurício

**96.** Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Atualização do valor monetário da Base de Cálculo do Tributo, até o limite do Índice Oficial de Correção Monetária.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

**97.** Conforme regramento constitucional sobre o princípio da não-surpresa, não faz parte das exceções elencadas pelo legislador constituinte para o princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) Majoração de alíquota de Imposto de Importação.
- b) Majoração de alíquota de Imposto de Renda.
- c) Instituição de Empréstimo Compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- d) Instituição de Impostos Extraordinários de Guerra.
- e) Majoração de alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados.

**98.** Em relação aos conceitos, classificações, princípios e imunidades tributários, indique a alternativa correta.

- a) Pode o Presidente da República editar, em caso de relevância e urgência, medida provisória, com força de lei, para instituir imposto sobre grandes fortunas.
- b) A União, os Estados, e o Distrito Federal, poderão instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, Impostos extraordinários de Guerra.
- c) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.
- d) Alíquotas "ad valorem" são aquelas que incidem sobre uma unidade de medida específica.
- e) Livros digitais e os equipamentos eletrônicos destinados à sua leitura são imunes da incidência de tributos.

**99.** Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, indique a alternativa correta.

- a) É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.
- b) É permitido ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- c) A adoção do IPTU progressivo no tempo é a última medida a ser tomada pelo Poder Público no caso do não cumprimento da função social da propriedade urbana.
- d) A restrição à utilização da propriedade referente a área de preservação permanente em parte do imóvel urbano afasta a incidência do IPTU.
- e) A partir da EC 29/00, o IPTU não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

**100.** Em relação à legislação tributária, julgue os itens a seguir:

- I-) Em relação ao ICMS, resolução do Congresso Nacional, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos congressistas, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- II-) Segundo o CTN, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas são normas complementares da legislação tributária.
- III-) À exceção do ICMS, II e IE, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas

- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

**101.** Vige em determinado Município lei que isenta do IPTU imóveis com até cinquenta metros quadrados, em que residam famílias que possuam renda "per capita" de até R\$ 250,00 mensais. Ainda, para que haja fruição do benefício fiscal, algum membro da família que reside no imóvel deve ter o direito de usar, gozar e dispor desse imóvel. Em março de 2021, devido a grave crise econômica enfrentada pela Administração Pública desse Município, foi publicada uma lei extinguindo tal benefício fiscal.

De acordo com o CTN e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue as afirmações a seguir, indicando a correta.

- a) Revogada a isenção, o tributo torna-se imediatamente exigível.
- b) A lei que extingue a isenção desse tributo entra em vigor apenas no dia 01/01/2022.
- c) A lei começa a vigorar no Município quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- d) O Município deve aguardar 90 dias da publicação da referida lei para que possa haver a exigência da exação.
- e) A referida família não será atingida pela referida lei, pois a isenção concedida em função de determinadas condições não pode ser livremente suprimida.

**102.** Em relação à obrigação tributária, fato gerador, sujeito passivo e sujeito ativo, julgue os itens a seguir, indicando o **incorrecto**.

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A Obrigação acessória tem por objeto o pagamento de juros, multas e acréscimos financeiros, enquanto a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributos.
- c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- d) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- e) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**103.** Sobre a responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir, indicando o correto.

- a) São solidariamente responsáveis o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- b) São pessoalmente responsáveis as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.
- c) São solidariamente responsáveis o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- d) São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.

e) A interrupção da prescrição a favor de um dos obrigados prejudica aos demais

**104.** Julgue as alternativas a seguir de acordo com o CTN, em relação ao crédito tributário, lançamento e modalidades de lançamento, e indique a correta.

- I-) Quando o lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, diz-se que há a retroatividade da lei tributária.
- II-) Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional sempre ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- III-) O CTN prevê expressamente que a competência para constituir o crédito tributário é privativa da autoridade administrativa, razão pela qual essa atividade é indelegável.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

**105.** Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a determinar a matéria tributável.
- II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**106.** As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

**107.** Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
  - II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
  - III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.
- Está correto o que se afirma apenas em:
- a) II.
  - b) I e II.
  - c) I e III.
  - d) I, II e III.
  - e) I.

**108.** Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
  - II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
  - III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- Está correto o que se afirma apenas em:
- a) II.
  - b) I e III.
  - c) II e III.
  - d) I, II e III.
  - e) I.

**109.** A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
- b) ao erro ou ignorância inexcusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
- c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
- d) à diminuta importância da obrigação tributária.
- e) ao interesse do sujeito passivo.

**110.** O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sempre, o dos corresponsáveis, bem como, sendo o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- b) a maneira de calcular a quantia devida.
- c) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- d) a data em que foi extinta.
- e) sempre, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

---

#### LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

---

Rafael Rocha

**111.** Com base no decreto 16.841/16, a respeito do Decort-BH, assinale a assertiva correta:

- a) Ainda que o DECORT-BH se encontre inoperante, não é possível que sejam utilizadas outras formas de comunicação ao contribuinte, caso ele seja credenciado.
- b) O credenciamento no Decort-BH dispensa a administração tributária municipal da utilização das demais formas de comunicação, intimação ou notificação previstas na legislação.
- c) O cadastramento no DECORT-BH dar-se-á, sempre, por solicitação do contribuinte.
- d) O email de contato cadastrado na base de dados do DECORT-BH substitui este, ficando dispensada a consulta às mensagens contidas na CPE.
- e) E) O credenciamento no DECORT-BH poderá ser realizado pelo sócio da empresa, desde que ele esteja previamente cadastrado no sistema BHISS Digital.

**112.** Com base no decreto 16.841/16, as mensagens disponibilizadas por meio do Decort-BH, cujo acesso necessite de assinatura digital, ficarão disponíveis para consulta pelo período de:

- a) sessenta dias contados da data de sua publicação na CPE.
- b) sessenta meses contados da data de sua publicação na CPE.
- c) vinte e quatro meses contados da data de sua publicação na CPE.
- d) vinte e quatro dias contados da data de sua publicação na CPE.
- e) trinta e seis meses contados da data de sua publicação na CPE.

**113.** É responsável por emitir a CIF-PROEMP:

- a) CODECOM.
- b) SMDE.
- c) Câmara Municipal de Belo Horizonte.
- d) SMFA.
- e) Prefeito.

**114.** Acarreta a perda imediata dos benefícios concedidos no âmbito do PROEMP, a falta de recolhimento do ISSQN por:

- a) 2 meses consecutivos ou 4 alternados.
- b) 3 meses consecutivos ou 6 alternados.
- c) 2 meses consecutivos ou alternados.
- d) 3 meses consecutivos ou alternados.
- e) 2 meses consecutivos ou 3 alternados.

**115.** Acerca da Presidência do CART-BH, assinale a opção incorreta:

- a) A Presidência será ocupada por servidor indicado pelo Secretário Municipal de Fazenda e nomeado pelo Prefeito dentre o quadro de Auditores Técnicos e Auditores Fiscais de Tributos Municipais, ativos e estáveis, de reconhecida experiência em matéria tributária e processual, preferencialmente bacharel em direito, com no mínimo cinco anos de experiência no cargo.
- b) A Presidência do CART-BH poderá ser exercida por, no máximo, quatro mandatos consecutivos.
- c) Compete ao Presidente do CART-BH, no exercício da função gerencial, comunicar ao Subsecretário da Receita Municipal as irregularidades de natureza regulamentar e funcional.
- d) Compete ao Presidente do CART-BH presidir a Câmara Especial de Recursos.

e) Compete ao Presidente do CART-BH, em relação à Junta de Julgamento Tributário, determinar a atuação dos membros como relatores, segundo critérios de distribuição equânime e imparcial.

**116.** Compete aos membros da Junta de Julgamento Tributário, exceto:

- a) submeter ao Conselho de Recursos Tributários, em reexame necessário, as decisões da Junta de Julgamento Tributário contrárias à Fazenda Pública Municipal.
- b) decidir pela apreciação, juntada e necessidade de vista às partes das provas e manifestações extemporaneamente apresentadas.
- c) determinar o envio dos autos para esclarecimento ou diligência.
- d) proferir, por escrito, voto fundamentado.
- e) assinar os acórdãos e atas das sessões.

**117.** Os prazos processuais em curso no âmbito do contencioso administrativo tributário do Município ficam suspensos no período de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_:

- a) 10/12 a 10/01.
- b) 15/12 a 15/01.
- c) 20/12 a 20/01.
- d) 25/12 a 25/01.
- e) 20/12 a 10/01.

**118.** Não constitui competência das Câmaras de Julgamento:

- a) julgar recurso voluntário contra decisões da Junta de Julgamento Tributário, inclusive quanto à preliminar de cabimento e/ou admissibilidade e tempestividade.
- b) julgar, em reexame necessário, as decisões da Junta de Julgamento Tributário contrárias à Fazenda Pública Municipal.
- c) julgar pedidos de reconsideração de suas decisões.
- d) julgar recursos especiais.
- e) decidir pela apreciação, juntada e necessidade de vista às partes das provas e manifestações extemporaneamente apresentadas.

**119.** As pautas de julgamento das Câmaras deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município, com a antecedência mínima de \_\_\_\_\_ da realização da sessão de julgamento:

- a) 12 horas.
- b) 24 horas.
- c) 48 horas.
- d) 60 horas.
- e) 5 dias úteis.

**120.** Aberta a sessão de julgamento, numa das Câmaras, após verificação de quórum, observar-se-á a seguinte ordem dos trabalhos:

- a) 1-leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior; 2-leitura e assinatura dos acórdãos; 3-indicações e propostas; 4-relatório, sustentação oral, quando for o caso, discussão e votação dos processos constantes da pauta de julgamento.
- b) 1-leitura e assinatura dos acórdãos; 2-leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior; 3-indicações e propostas; 4-relatório, sustentação oral, quando for o caso, discussão e votação dos processos constantes da pauta de julgamento.
- c) 1-indicações e propostas; 2-leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior; 3-leitura e assinatura dos acórdãos; 4-relatório, sustentação oral, quando for o caso, discussão e votação dos processos constantes da pauta de julgamento.
- d) 1-leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior; 2-leitura e assinatura dos acórdãos; 3-sustentação oral, quando for o caso; 4-indicações e propostas; 5-relatório, discussão e votação dos processos constantes da pauta de julgamento.
- e) 1-leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior; 2-leitura e assinatura dos acórdãos; 3-indicações e propostas; 4-sustentação oral, quando for o caso; 5-relatório, discussão e votação dos processos constantes da pauta de julgamento.

**121.** Com base na legislação do PROEMP, poderão requerer o incentivo do Programa:

- a) pessoas jurídicas com atividades voltadas para o desenvolvimento de bens, produtos ou serviços, tangíveis ou intangíveis, de base tecnológica ou inovadora, no caso de expansão de unidade empresarial já instalada no Estado.
- b) pessoas jurídicas com atividades voltadas para o desenvolvimento de bens, produtos ou serviços, tangíveis ou intangíveis, de base tecnológica ou inovadora, que vierem a se instalar no Parque Tecnológico de Belo Horizonte, mas não aquelas que já estiverem instaladas no local.
- c) pessoas jurídicas com atividades voltadas para o desenvolvimento de bens, produtos ou serviços, tangíveis ou intangíveis, de base tecnológica ou inovadora, no caso implantação inicial ou de nova unidade empresarial no Estado.
- d) pessoas jurídicas ou físicas que desenvolvam outras atividades, que não sejam o desenvolvimento de bens, produtos ou serviços, tangíveis ou intangíveis, de base tecnológica ou inovadora, desde que de relevante interesse para o Município, mediante decisão fundamentada do Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal – Codecom.
- e) pessoas jurídicas com atividades voltadas para o desenvolvimento de bens, produtos ou serviços, tangíveis ou intangíveis, de base tecnológica ou inovadora, no caso de empresas instaladas em empreendimento de interesse econômico do Município, instituído, reconhecido ou apoiado conforme portaria conjunta a ser expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE – e pela Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA – respeitados os usos admitidos na via em que se pretende instalá-los.

**122.** Com base na lei 5.641/89, não integra o Sistema Tributário Municipal, a seguinte taxa:

- a) Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade.
- b) Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte.
- c) Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo.
- d) Taxa de Fiscalização de Obras Particulares.
- e) Taxa de Fiscalização Sanitária.

**123.** De acordo com o Decreto Municipal nº 17.044/19, um dos possíveis benefícios do PROEMP consiste na redução do IPTU pertencente às empresas beneficiadas no percentual de:

- a) 10%.
- b) 30%.
- c) 50%.
- d) 60%.
- e) 100%.

**124.** De acordo com a lei municipal nº 7.378/97, a multa aplicável ao contribuinte que não exibir documento fiscal é de:

- a) 50 UFIR por documento.
- b) 100 UFIR por documento.
- c) 250 UFIR por documento.
- d) 300 UFIR por documento.
- e) R\$ 229,23 por documento

**125.** O recolhimento integral e à vista de crédito tributário e relativo a preço público inscrito em dívida ativa importará desconto de:

- a) 10% sobre o valor total do crédito.
- b) 15% sobre o valor total do crédito.
- c) 20% sobre o valor total do crédito.
- d) 25% sobre o valor total do crédito.
- e) 30% sobre o valor total do crédito.

**126.** De acordo com a lei municipal nº 9.795/09, são isentos do IPTU, os imóveis:

- a) de ocupação exclusivamente residencial, inclusive vagas de garagem, cujo valor venal na data do lançamento, não for superior a R\$40.000,00.
- b) de ocupação exclusivamente residencial, cujo valor venal na data do lançamento, não for superior a R\$40.000,00.
- c) de ocupação residencial ou comercial, cujo valor venal na data do lançamento, não for superior a R\$40.000,00.
- d) de ocupação exclusivamente residencial, inclusive vagas de garagem, cujo valor venal na data do lançamento, não for superior a R\$60.000,00.
- e) (E) de ocupação exclusivamente residencial, cujo valor venal na data do lançamento, não for superior a R\$60.000,00.

**127.** A lei relativa à contribuição de melhoria observará os requisitos mínimos estabelecidos pelo CTN e fixará, para impugnação pelos interessados de quaisquer de tais requisitos, prazo não inferior a:

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

**128.** A Dívida Ativa inferior a um vigésimo do salário-mínimo regional prescreve em \_\_\_\_\_ contados do prazo de vencimento, se prefixado:

- a) 5 anos.
- b) 4 anos.
- c) 3 anos.
- d) 2 anos.
- e) 1 ano.

**129.** As pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem dispositivos legais, ficarão privadas de fruir novamente do benefício por:

- a) um exercício e, por dois exercícios, no caso de reincidência.
- b) dois exercícios e, por quatro exercícios, no caso de reincidência.
- c) dois exercícios e, definitivamente, no caso de reincidência.
- d) um exercício e, por três exercícios, no caso de reincidência.
- e) um exercício e, definitivamente, no caso de reincidência.

**130.** os imóveis inseridos em área classificada como Zona de Especial Interesse Social - ZEIS - ocupados por população de baixa renda gozam de isenção:

- a) do IPTU e da Contribuição de Melhoria até 10 anos após a regularização fundiária.
- b) do IPTU, das taxas e da Contribuição de Melhoria até 10 anos após a regularização fundiária.
- c) do IPTU e da Contribuição de Melhoria até a data da regularização fundiária.
- d) do IPTU, das taxas e da Contribuição de Melhoria até 5 anos após a regularização fundiária.
- e) do IPTU e da Contribuição de Melhoria até 5 anos após a regularização fundiária.

**131.** Os tomadores de serviços ficam obrigados a arquivar declarações fiscais, comprovantes de pagamento e de crédito e demais documentos relativos aos serviços tomados, em ordem cronológica pelo prazo \_\_\_\_\_ ou enquanto perdurar eventual discussão judicial ou administrativa a que se refiram tais documentos, para pronta exibição à ATM:

- a) prescricional dos créditos tributários a que se referem.
- b) de 2 anos.
- c) de 5 anos.
- d) de 6 anos.
- e) de 10 anos.

**132.** De acordo com o RITBI, o valor da base de cálculo do ITBI, vincula a administração tributária do Município durante o prazo de \_\_\_\_\_ contados da data de sua apuração, desde que mantidos inalterados os elementos essenciais do lançamento:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.
- e) 90 dias.

**133.** Com base na lei municipal nº 5.641/89, será aplicada multa de 10 UFPBH:

- a) por deixar de inscrever-se no Cadastro Imobiliário ou de comunicar qualquer alteração no prazo legal.
- b) por desatender a notificação do órgão fazendário competente para declarar os dados necessários ao lançamento do IPTU ou oferecê-los incompletos.
- c) por deixarem as pessoas físicas ou jurídicas que gozem de isenção ou de imunidade, de apresentar

à Prefeitura o documento relativo à venda de imóvel de sua propriedade.

- d) por não franquear ao agente do fisco devidamente credenciado as dependências do imóvel para vistoria fiscal.
- e) por deixar o responsável por loteamento ou o incorporador de fornecer ao órgão fazendário competente a relação mensal dos imóveis alienados ou prometidos à compra e venda.

**134.** De acordo com a lei municipal nº 8.725/03, assinale a assertiva incorreta:

- a) Incorpora-se à base de cálculo do ISSQN, o valor relativo ao desconto condicional concedido.
- b) O ISSQN devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados, não se incluindo o valor da Taxa de Fiscalização Judiciária, do Estado de Minas Gerais.
- c) Se o sujeito passivo não puder emitir documento fiscal, a base de cálculo do ISSQN poderá ser fixada por estimativa.
- d) Se o valor efetivo do preço do serviço não puder ser conhecido, a base de cálculo do ISSQN será arbitrada.
- e) Será incluído na base de cálculo do ISSQN, o valor do material fornecido pelo prestador de serviço de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obra de construção civil, hidráulica ou elétrica e congêneres.

**135.** O regime de estimativa será deferido para um período de até:

- a) 3 meses.
- b) 6 meses.
- c) 12 meses.
- d) 18 meses.
- e) 24 meses.

## AUDITORIA

---

Tonyvan Carvalho

**136.** A confiabilidade da evidência é influenciada pela sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias individuais em que é obtida. Em havendo dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude, nos termos das normas vigentes de auditoria, exige-se que o auditor

- a) renuncie o trabalho.
- b) amplie o tamanho da amostra e aplique procedimentos adicionais.
- c) comunique o fato ao responsável pela governança da entidade e evite aplicar novos procedimentos de auditoria.
- d) faça investigações adicionais e determine que modificações ou adições aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto.
- e) faça uso de outros profissionais para esclarecer o assunto.

**137.** Ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

Nos termos da NBC TA 200(R1), a manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de:

- a) ignorar circunstâncias usuais;
- b) fazer generalização excessiva ao tirar conclusões das observações de auditoria;
- c) uso adequado de premissas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e ao avaliar os resultados destes.
- d) não aplicar procedimentos adicionais de auditoria quando houver dúvida quanto à confiabilidade das evidências de auditoria.
- e) encontrar distorções irrelevantes durante a execução dos trabalhos

**138.** O auditor deve cumprir as exigências éticas relevantes, inclusive as pertinentes à independência, no que se refere aos trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis. O requisito ético relacionado à auditoria das demonstrações contábeis que exigem do auditor o reconhecimento de que podem existir circunstâncias que causarão distorções relevantes nas demonstrações contábeis é

- a) Integridade;
- b) Objetividade;
- c) Ceticismo profissional;
- d) Confidencialidade; e
- e) Comportamento (ou conduta) profissional.

**139.** Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia sua opinião, devendo ser suficiente, que é a medida da quantidade dessas evidências. Ela é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria.

Nos termos da NBC TA 200(R1), essa quantidade pode ser afetada

- a) somente pela avaliação do auditor dos riscos de distorção.
- b) somente pela qualidade da evidência
- c) pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade de tal evidência;
- d) pelo ceticismo profissional
- e) pelo julgamento profissional

**140.** A conclusão da montagem do arquivo final de auditoria após a data do relatório do auditor é um processo administrativo que não envolve a execução de novos procedimentos de auditoria nem novas conclusões. Contudo, novas modificações podem ser feitas na documentação de auditoria durante o processo final de montagem se essas forem de natureza administrativa. São exemplos de tais modificações, EXCETO:

- a) Selecionar, conferir e acrescentar referências cruzadas aos documentos de trabalho.
- b) Documentar evidência de auditoria que o auditor obteve, discutiu e com a qual concordou junto aos membros relevantes da equipe de trabalho antes da data do relatório de auditoria.
- c) Evidência de auditoria inapropriada.
- d) Conferir itens das listas de verificação, evidenciando ter cumprido os passos relativos ao processo de montagem do arquivo.

- e) Apagar ou descartar documentação superada.

**141.** Se, em circunstâncias excepcionais, o auditor executar procedimentos novos ou adicionais ou chegar a outras conclusões após a data do relatório, o auditor deve documentar os seguintes assuntos, exceto:

- a) as circunstâncias identificadas;
- b) os procedimentos de avaliação de risco
- c) a evidência de auditoria obtida
- d) as novas conclusões alcançadas, e seu efeito sobre o relatório do auditor;
- e) quando e por quem as modificações resultantes da documentação de auditoria foram executadas e revisadas.

**142.** Procedimento analítico significa avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados.

A elaboração dos procedimentos analíticos substantivos nos trabalhos de auditoria depende, em grande medida, da confiabilidade dos dados, segundo a NBC TA 520.

São aspectos relevantes para determinar se os dados são confiáveis para a elaboração de procedimentos analíticos substantivos, EXCETO:

- a) materialidade e risco de auditoria
- b) fonte das informações disponíveis
- c) comparabilidade das informações disponíveis
- d) natureza e relevância das informações disponíveis
- e) controles sobre a elaboração das informações

**143.** O auditor externo detectou passivo que representa para a empresa uma incerteza relevante. Nesse caso, caso a empresa divulgue essa incerteza, o auditor deve emitir opinião

- a) com ressalva e limitação de escopo do trabalho.
- b) sem ressalva e com limitação de escopo do trabalho.
- c) adverso, evidenciando a incerteza constatada.
- d) com negativa de opinião e limitação de escopo.
- e) sem ressalva e com parágrafo adicional de ênfase.

**144.** O auditor identificou um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o seu julgamento, tal assunto é relevante para os usuários entenderem a auditoria, as responsabilidades do auditor e seu relatório. Nesse caso, para divulgar esse assunto, o auditor incluirá em seu relatório

- a) um parágrafo de ênfase.
- b) uma ressalva.
- c) uma negativa de opinião.
- d) uma modificação no escopo do trabalho.
- e) um parágrafo de outros assuntos.

**145.** No caso da discordância da administração da empresa em assinar a carta de representação da administração (representação formal – por escrito), incluindo suas responsabilidades como administradores sobre a preparação das demonstrações financeiras, o auditor deverá

- a) cancelar o contrato com o cliente.
- b) incluir um parágrafo de ênfase.
- c) exigir que o assunto seja incluído em nota explicativa.
- d) abster-se de emitir uma opinião.
- e) emitir um relatório não modificado.

## CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

William Notário

**146.** A empresa Belo Horizonte adquiriu um equipamento para uso em suas atividades de prestação de serviços pelo valor de R\$ 740.000,00. Adicionalmente, a entidade incorreu nos seguintes gastos relacionados ao equipamento adquirido:

- Abertura de nova instalação R\$ 15.000,00
- Despesas administrativas e gastos indiretos R\$ 5.000,00
- Frete e manuseio (recebimento e instalação) R\$ 20.000,00
- Honorários profissionais R\$ 10.000,00
- Instalação e montagem R\$ 9.000,00
- Preparação do local R\$ 12.000,00
- Testes para verificar o correto funcionamento R\$ 7.500,00
- Transferência das atividades para novo local R\$ 6.500,00

Considerando tais informações, o valor que deve ser adicionado ao custo de aquisição para fins de reconhecimento inicial do ativo, por se referir a custos diretamente atribuíveis, é:

- a) R\$ 58.500,00;
- b) R\$ 62.500,00;
- c) R\$ 63.500,00;
- d) R\$ 73.500,00;
- e) R\$ 75.000,00.

**147.** No Balanço Patrimonial, as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo que os demais passivos serão ajustados

- a) pelo custo de aquisição.
- b) pelo método de equivalência patrimonial.
- c) quando houver efeito relevante.
- d) a valor realizável líquido de saídas.
- e) pelo valor de mercado.

**148.** Foram registradas as seguintes informações para a composição e a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de uma sociedade anônima:

Despesas com salários e encargos sociais:	R\$ 5.000,00
Vendas de mercadorias, produtos e serviços:	R\$ 80.000,00
Remuneração de capitais de terceiros:	R\$ 1.000,00
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos:	R\$ 60.000,00
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros:	R\$ 6.000,00
Impostos, taxas e contribuições:	R\$ 8.000,00
Depreciação, amortização e exaustão:	R\$ 1.400,00
Variação cambial ativa:	R\$ 1.700,00
Receita financeira:	R\$ 1.200,00
Remunerações de capitais próprios:	R\$ 1.500,00

Com base no exposto, é correto afirmar que o Valor Adicionado Líquido da sociedade será de

- a) R\$ 11.200,00.
- b) R\$ 12.600,00.
- c) R\$ 14.000,00.
- d) R\$ 15.500,00.
- e) R\$ 17.000,00.

**149.** Uma empresa apresentou as seguintes informações extraídas do Departamento de Contabilidade:

- Resultado antes das participações estatutárias R\$ 400.000,00
- Prejuízos acumulados R\$ 50.000,00
- Distribuição das participações conforme estatuto:
  - Debenturistas 10%
  - Empregados 10%
  - Administradores 10%
  - Partes beneficiárias 10%
  - Fundos assistenciais 10%

Com base nessas informações, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, as Participações dos Fundos de Assistência apresentarão um valor de

- a) R\$ 22.963,50.
- b) R\$ 25.515,00.
- c) R\$ 35.000,00.
- d) R\$ 40.000,00.
- e) R\$ 41.818,00.

**150.** Uma empresa apresenta como extrato de seu Livro Razão a seguinte relação de contas e seus respectivos saldos:

- |  |               |
|--|---------------|
| • Depreciação acumulada                    | R\$ 5.000,00  |
| • Duplicata descontada                     | R\$ 3.000,00  |
| • Ações em tesouraria                      | R\$ 1.000,00  |
| • Reserva Legal                            | R\$ 1.500,00  |
| • Ajuste de avaliação patrimonial positivo | R\$ 500,00    |
| • Caixa e equivalentes de caixa            | R\$ 12.000,00 |

Com base nessas informações, os saldos credores representam um valor de

- a) R\$ 7.000,00.
- b) R\$ 11.000,00.
- c) R\$ 12.000,00.
- d) R\$ 10.000,00.
- e) R\$ 14.000,00.

**151.** Determinada empresa apresentou, após o seu primeiro ano de funcionamento, as seguintes contas e valores

- capital subscrito no valor de R\$ 2.000;
- capital realizado no valor de R\$ 1.700;
- capital de terceiros no valor de R\$ 600;
- prejuízo acumulado no valor de R\$ 300.

Considerando, ainda, que não havia reservas, ações em tesouraria nem ajuste de avaliação patrimonial nas demonstrações contábeis da sociedade, o valor das origens de recursos totais da sociedade é igual a

- a) R\$ 1.700.
- b) R\$ 2.000.
- c) R\$ 2.300.
- d) R\$ 3.400.
- e) R\$ 4.000.

**152.** É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Esse elemento é denominado

- a) capital a integralizar.
- b) patrimônio líquido.
- c) ajuste de avaliação patrimonial.
- d) propriedade para investimento.
- e) apuração do resultado do exercício.

**153.** As contas do ativo e as despesas possuem natureza devedora, pois o saldo

- a) aumenta com créditos e diminui com débitos.
- b) diminui com débitos e aumenta com débitos.
- c) diminui com créditos e aumenta com créditos.
- d) aumenta com débitos e diminui com créditos.
- e) não sofrem alterações quando são debitadas.

**154.** O capital realizado que deve constar no patrimônio líquido da entidade é

- a) totalmente integralizado pelos investidores.
- b) o proposto em contrato/estatuto e deverá ser integralizado.
- c) o capital a ser integralizado.
- d) o capital a subscrever.
- e) a diferença entre o capital autorizado e o subscrito.

**155.** Na empresa Notario's foi identificado o seguinte lançamento contábil:

- Débito em Caixa ..... R\$ 7.000.
- Débito em Imóveis ..... R\$ 8.000.
- Crédito em Capital Social ..... R\$ 15.000.

O lançamento acima refere-se à transação de:

- a) integralização de capital social por meio de caixa e imóveis.
- b) retirada de participação societária por meio de caixa e imóveis.
- c) depreciação de imóveis em montante superior ao valor contábil líquido.
- d) reposição de imóveis por meio de caixa e integralização de capital social.
- e) reconhecimento de dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos.

3º Simulado ISS BH – Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Pós-Edital – 08/01/2022

---

**156** As contas do Patrimônio Líquido de uma empresa em 31/12/2017 apresentavam os seguintes saldos:

Capital Social ..... R\$ 250.000,00

Reservas de Capital ..... R\$ 25.000,00

Reservas de Lucros ..... R\$ 150.000,00

Ações em Tesouraria ..... R\$ 50.000,00

Os seguintes fatos, relacionados com a atividade da empresa, ocorreram durante ano de 2018:

Em junho de 2018, foi recebido em doação um terreno no valor de R\$ 30.000,00, sem quaisquer restrições a serem cumpridas pela empresa.

O lucro líquido apurado em 2018 foi R\$ 90.000,00.

Foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 22.500,00.

Foi constituída Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 15.000,00.

As Ações em Tesouraria foram totalmente vendidas por R\$ 60.000,00.

O valor do Patrimônio Líquido da empresa, em 31/12/2018, era, em reais,

- a) 502.500,00.
- b) 552.500,00.
- c) 465.000,00.
- d) 542.500,00.
- e) 500.000,00.

**157.** Com relação aos conceitos e definições elementares da Contabilidade, relate os tópicos a seguir com as opções apresentadas.

- 1. Objeto de estudo
- 2. Campo de aplicação
- 3. Finalidade econômica
- 4. Usuário Externo
- 5. Técnica Contábil

( ) Auditoria

( ) Fisco

( ) Entidade

( ) Resultado

( ) Patrimônio

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) 1 – 3 – 2 – 4 – 5
- b) 3 – 4 – 1 – 5 – 2
- c) 2 – 1 – 4 – 5 – 3
- d) 5 – 4 – 2 – 3 – 1
- e) 1 – 2 – 4 – 3 – 5

**158.** Ao analisar diversos relatórios e situações de empresas, um analista percebe que tanto o lado esquerdo como o lado direito desse tipo de relatório contábil sempre apresentam o mesmo total em unidades monetárias. Uma maneira de entender essa constatação é que tanto as aplicações como as origens de recursos da empresa são sempre retratadas, respectivamente, como:

- a) "Ativo" e "Passivo + Patrimônio Líquido";
- b) "Passivo + Patrimônio Líquido" e "Ativo";
- c) "Patrimônio Líquido" e "Ativo";
- d) "Patrimônio Líquido" e "Passivo";
- e) "Passivo" e "Patrimônio Líquido".

**159.** Em 31/12/2021, uma entidade possuía um investimento em outra sociedade com caráter temporário, e pretendia se desfazer do investimento em alguns anos. Assinale a opção que indica a classificação correta do investimento, no balanço patrimonial de 31/12/2021 da entidade.

- a) Patrimônio Líquido.
- b) Investimento.
- c) Propriedade para Investimento.
- d) Ativo Intangível.
- e) Ativo Realizável a Longo Prazo.

**160.** Em 31/12/2021, uma entidade apresentava os seguintes ativos em seu balanço patrimonial:

Receita de venda recebida antecipadamente: R\$ 40.000;

Clientes com vencimento em 90 dias: R\$ 30.000;

Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 1.500;

Estoques com previsão de venda de 60 dias: R\$ 20.000;

Perdas estimadas com estoque: R\$ 2.000;

Empréstimo a sócio para recebimento em 45 dias: R\$ 9.000;

Caixa e equivalente de caixa: R\$ 23.000;

Empréstimo bancário para pagamento em 120 dias: R\$ 10.000.

Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o Ativo Circulante da entidade, em 31/12/2017.

- a) R\$ 69.500
- b) R\$ 71.500
- c) R\$ 78.500
- d) R\$ 109.500
- e) R\$ 118.500

## Preencha o gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ISS-BH-Auditor-08-01-22>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>